

AMICUS CURIAE NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 928.902 SÃO PAULO

RELATOR	: MIN. ALEXANDRE DE MORAES
RECTE.(S)	: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF
ADV.(A/S)	: ROGÉRIO ALTABELLI ANTUNES E OUTRO(A/S)
RECDO.(A/S)	: MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE
AM. CURIAE.	: MUNICIPIO DE SAO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: MUNICIPIO DE SAO PAULO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
AM. CURIAE.	: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS SECRETARIAS DE FINANÇAS DAS CAPITAIS BRASILEIRAS - ABRASF
ADV.(A/S)	: RICARDO ALMEIDA RIBEIRO DA SILVA

DECISÃO

Petição 24.617/2018.

Por intermédio da petição em epígrafe, a Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN postula a reconsideração da decisão que indeferiu, por extemporânea, sua habilitação nos autos na condição de *amicus curiae*, ao argumento de ser possível, excepcionalmente, seu ingresso no debate após inclusão do processo em pauta de julgamento, conforme precedentes desta SUPREMA CORTE.

Requer seja reconsiderado o *decisum* ou o recebimento da peça processual como Agravo Interno.

É o relatório.

A decisão do relator sobre a inclusão de novos atores no debate na qualidade de *amici curiae* é irrecorrível, seja em ações de controle concentrado de constitucionalidade, seja em recursos extraordinários, nos termos do art. 138 do Código de Processo Civil e do art. 21, XVIII, do RISTF, *in litteris*:

“Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.”

“Art. 21. São atribuições do Relator:

(...)

XVIII decidir, de forma irrecorrível, sobre a manifestação de terceiros, subscrita por procurador habilitado, em audiências públicas ou nos processos de sua relatoria;”

Ainda que superado esse grave óbice, não se constata, na espécie, elemento excepcional que autorize, nesse ápice processual, a inclusão da requerente na figura de “amigo da Corte”. Nesse sentido:

“EMENTA Agravo regimental em ação cível originária. Pedido de ingresso como amicus curiae apresentado após a inclusão do processo em pauta. Jurisprudência sedimentada da Corte no sentido de que o amicus curiae somente pode demandar sua intervenção até a data em que o relator liberar o processo para pauta. Precedentes. Flexibilização do entendimento em hipóteses excepcionais. Não configurada, in casu, hipótese excepcional a justificar a reforma da decisão agravada. Agravo regimental não provido. 1. A jurisprudência da Suprema Corte está sedimentada no sentido de que o “amicus curiae somente pode demandar sua intervenção até a data em que o Relator liberar o processo para pauta” (ADI nº 4.071-AgR). 2. A rigidez desse entendimento é mitigada pelo STF apenas de forma excepcional. Alegações da agravante

RE 928902 AMICUS / SP

insuficientes para tal fim. Não configuração, in casu, de hipótese excepcional a justificar a reforma da decisão agravada. 3. Agravo regimental não provido. ACO 779-AgR-segundo, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, Tribunal Pleno, DJe de 9/3/2017.”

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se.

Brasília, 2 de maio de 2018.

Ministro **ALEXANDRE DE MORAES**

Relator

Documento assinado digitalmente